

# Regularização de propriedades rurais em MG é de apenas 2%

**T** [otempo.com.br/especiais/plantando-solucoes/2025/11/3/apenas-2-das-1-1-milhao-de-propriedades-rurais-estao-regularizadas-em-mg](https://otempo.com.br/especiais/plantando-solucoes/2025/11/3/apenas-2-das-1-1-milhao-de-propriedades-rurais-estao-regularizadas-em-mg)

Maria Irenilda

November 3, 2025



Segundo o sindicato, o IEF conta hoje com 571 servidores de carreira, mas apenas 230 atua diretamente com a regularização ambiental Foto: Flavio Tavares / O Tempo

## Apenas 2% das 1,1 milhão de propriedades rurais estão regularizadas em MG

**Só 28 mil propriedades estão com o Cadastro Ambiental Rural validado; tecnologia é aliada para acelerar registro**

03 de novembro de 2025 | 08:55

Se a Lei Florestal fosse cumprida à risca, o Brasil talvez não enfrentasse escassez de água, o avanço do desmatamento seria menor e os efeitos das mudanças climáticas seriam menos severos. Mas, em Minas Gerais, a regularização ambiental dos mais de 1,1 milhão de imóveis rurais virou um impasse que escancara o descompasso entre a lei e a estrutura do órgão responsável por aplicá-la: o Instituto Estadual de Florestas (IEF). Hoje, apenas 28 mil propriedades têm o Cadastro Ambiental Rural (CAR) validado e aderiram ao Programa de Regularização Ambiental (PRA). Isso representa pouco mais de 2% do total, uma distância enorme entre a legislação e a prática.

“O quadro é dramático. Mesmo que todo o efetivo técnico do IEF fosse deslocado exclusivamente para analisar os cadastros ambientais rurais, ainda assim levaríamos mais de 20 anos para regularizar todo o estado. É uma estrutura absolutamente inviável e sucateada”, afirma Wallace Alves, presidente do Sindicato dos Servidores do Meio Ambiente de Minas Gerais (Sindsema).

Segundo o sindicato, o IEF conta hoje com 571 servidores de carreira – entre técnicos, analistas e gestores. Até 2026, cerca de 300 devem se aposentar. “Na prática, menos de 230 profissionais atuam diretamente na regularização ambiental. Isso significa que cada técnico teria de analisar mais de 4.300 propriedades. É matematicamente impossível”, diz Wallace.

O IEF possui 14 escritórios regionais em cidades estratégicas, como Montes Claros, Uberlândia, Governador Valadares e Teófilo Otoni, além de núcleos e agências em 127 municípios. “Muitas agências foram fechadas por falta de investimento e pessoal. O estado está abrindo mão da presença em territórios onde mais se precisa de fiscalização e apoio técnico”, critica Wallace.

## Como funciona

---

O processo de regularização começa pelo Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar). Todo imóvel deve estar nele. Mas a inscrição, por si só, é apenas um ato declaratório do produtor. A validação exige análise. E é aí que está o gargalo.

O estado trabalha hoje com dois caminhos: a análise automatizada, feita com imagens de satélite e cruzamento de dados, que consegue dar vazão a um número maior de cadastros, e a análise individualizada, realizada por uma empresa contratada, que notifica o produtor e encaminha o resultado para que o servidor do IEF faça a validação final.

Mesmo que o governo terceirize parte das análises, a palavra final sempre depende do servidor do IEF, justamente onde falta pessoal. “O produtor responde, o processo anda, mas, se não houver servidor suficiente para validar, tudo trava. E é isso que está acontecendo”, explica um técnico ouvido pela reportagem, que pediu para ter a identidade preservada.

## Tecnologia como aliada

---

Segundo o diretor do Centro de Inteligência Territorial e pesquisador associado do Centro de Sensoriamento Remoto da UFMG, Felipe Nunes, a validação do CAR é um desafio de escala e estrutura. “O tamanho do estado e o número de imóveis tornam o processo mais complexo. Além disso, Minas concentra uma grande quantidade de pequenas propriedades, o que exige atenção técnica e acompanhamento individualizado”, esclarece.

Nunes coordena o desenvolvimento de novas tecnologias pela UFMG em parceria com o IEF. O sistema utiliza análises automatizadas, baseadas em imagens de satélite e inteligência artificial, para cruzar dados ambientais e classificar os imóveis conforme seu nível de regularidade. “Essas análises têm acurácia superior a 90% e, em algumas regiões, chegam a 95%. Elas ajudam a liberar técnicos para focar os casos mais complexos”, detalha Felipe.

Dessa parceria nasceu o CAR 2.0, uma plataforma capaz de analisar em massa os imóveis rurais de Minas. “A tecnologia permite diferenciar análise de validação. A análise identifica irregularidades e passivos ambientais em larga escala; a validação é a conferência final, imóvel por imóvel. O CAR 2.0 faz a primeira parte com rapidez e precisão, ajudando a direcionar o trabalho humano para onde ele é realmente necessário”, explica o pesquisador.

Segundo Nunes, o desafio agora é institucionalizar o uso das análises automatizadas, de modo que elas tenham efeito administrativo. “Os imóveis sem pendências poderiam receber automaticamente uma certidão de conformidade. Já os com irregularidades seriam notificados para retificação ou inclusão em programas de regularização. Isso traria agilidade e segurança jurídica”, afirma.

Na avaliação dele, a tecnologia é uma ferramenta indispensável para que o estado consiga cumprir as metas de restauração florestal. “A lentidão na validação do CAR impede que o produtor comece a recuperar suas áreas degradadas. A tecnologia pode mudar esse cenário, com responsabilidade ambiental”, finaliza Nunes.

## O que diz o Governo

---

A reportagem questionou o governo de Minas sobre as denúncias e as medidas adotadas para enfrentar a falta de servidores no IEF, mas, até o fechamento desta edição, não havia tido resposta.

Sobre o Autor Repórter multiplataforma de O TEMPO, com experiência em roteiro e apresentação de vídeo/podcasts. Formada em Comunicação Social pela PUC-Minas. Integra a equipe da Mais Conteúdo, editoria de grande especiais de O TEMPO.